



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU

**PARECER JURÍDICO**

**Referência:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0147/2021 - SEMMA

**Dispensa de Licitação Nº 014/2021 - SEMMA**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**Objeto:** Locação de Imóvel para fins não residenciais.

Senhor Secretário(a),

Consta deste processo que a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, autoriza a locação de Imóvel para abrigar as suas instalações físicas. Consta nos autos do processo laudo de vistoria para locação, onde foi identificado o menor valor locatício, sendo esse de **R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por mês e R\$ 27.500,00 (vinte mil e quinhentos reais) como valor global do Contrato ao final de 11 (onze) meses**, tendo como responsáveis técnicas as engenheiras **LORRANA LYS NEVES FORTE** e **ELLEN KALLWANA MOURA VIEIRA**, inscritas no **CREA-MA** sob o nº **111848015-5** e nº **1119799082-4**, respectivamente.

Após a devida tramitação, a sobredita Secretaria, encaminhou os autos a esta Assessoria Jurídica para a emissão de parecer.

É o breve relatório, passo a opinar.

Desde logo, verifico que a locação pretendida pode ocorrer com dispensa de licitação, pois se destina a atender finalidade precípua, conforme o **artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº. 8.666/93. in verbis:**


**Art. 24. É dispensável a licitação:**

**X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994). (GRIFEI).**

Desse modo, com fundamento na legislação acima citada, opinamos no sentido de que a **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** efetue a contratação, com dispensa de licitação, tendo em vista que o valor total se enquadra dentro do limite estabelecido no **artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº. 8.666/93.**

É o parecer.

Buriticupu/MA, 11 de fevereiro de 2021.

  
GABINETE  
Gustavo Pereira da Costa  
Assessor Jurídico  
Portaria nº 054/2021